

# DN

## DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Terça-feira, 24 de Maio de 2022 - Edição nº4582

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400  
Propriedade: Média - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003  
Redacção e Administração: Rua da Resistência, Nº1642, Prédio CII/3M - Maputo - Moçambique  
Telefone: 21418823 ou 824915440/844719596  
E-mail: diariodenoticias@tv cabo.co.mz

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),  
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7  
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo  
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

MEDIDA JÁ ERA ESPERADA...

# Preços de combustíveis sobem em Moçambique

(Maputo) A Autoridade Reguladora de Energia (Arene) de Moçambique anunciou ontem o reajuste dos preços dos combustíveis no país, com um aumento em todos os produtos petrolíferos a partir de hoje. De alguma forma, a medida não é de todo surpreendente já que a Arene vinha insistindo neste aumento.

A gasolina sobe de 77,39 meticais para 83,30 meticais por litro, o gasóleo passa de 70,97 meticais para 78,48 meticais por litro e o gás doméstico também registou uma subida, passando de 80,49 meticais para 85,53 por quilo, segundo a nova tabela apresentada em conferência de imprensa pela Arene.

O petróleo de iluminação também sobe de 50,16 meticais para

77,48 meticais por litro.

Segundo o presidente da Arene, Paulo António da Graça, o Governo procurou evitar um reajuste que pressionasse o cidadão, retirando temporariamente a taxa sobre os combustíveis para evitar uma subida drástica.

“A aplicação destas medidas permitiu que se fizesse uma redu-

FACTO CONTRADIZ OPTIMISMO DAS AUTORIDADES MOÇAMBICANAS

# Reorganização dos terroristas torna improvável regresso das petrolíferas até 2023

(Maputo) A consultora Eurasia considera que é improvável que as companhias energéticas internacionais voltem a recomeçar os trabalhos em Cabo Delgado nos próximos

12 meses devido à insegurança persistente e reorganização dos terroristas

“O potencial para o Estado Islâmico providenciar financiamento e recursos aos insurgentes e a possível chegada de reforços da Tanzânia

vai provavelmente fortalecer a insurgência, tornando o recomeço do projecto de exploração de gás natural liquefeito nos próximos 12 meses improvável”, lê-se num comentário

Tudo para estares ligado à Internet

Apenas 1,499MT cada  
Grátis 5GB \*244#

Compra já o teu  
Termos e condições aplicáveis.



45G internet HD VOZ

Ligados temos tudobom



ção dos aumentos reais, visando minimizar o impacto ao consumidor final. Olhando, por exemplo, para o gásóleo, que é um produto primordial para a nossa economia, fez-se um esforço para que os ajustamentos não fossem feitos com base nos preços reais, onde teríamos um aumento de cerca de 13 meticais “, declarou Paulo António da Graça.

Os produtos petrolíferos à ven-

da em Moçambique são importados por via marítima em cargueiros especiais, através de um processo centralizado por lei numa única entidade pública, a Imopetro, detida pelas distribuidoras de produtos petrolíferos que operam no país.

O aumento do preço ocorre um mês após a Associação Moçambicana de Empresas Petrolíferas (Ame-petrol) pedir um reajuste dos preços,

alertando que as dívidas do Estado às gasoleneiras podem paralisar a distribuição, num momento em que os preços no mercado internacional estão a disparar como impacto da invasão russa da Ucrânia.

No total, segundo informação avançada em Abril pela Amepetrol, o Governo devia às gasoleneiras acima de 110 milhões de dólares.

**(Redacção)**

## Reorganização dos terroristas torna improvável regresso das petrolíferas até 2023

aos principais acontecimentos em várias economias africanas.

No comentário, enviado aos investidores, a Eurasia diz que “a insurgência deverá persistir, no seguimento da reorganização do grupo terrorista que opera em Moçambique”.

Em 10 de Maio, os terroristas atacaram o distrito de Macomia, e o Estado Islâmico designou Moçambique como uma das suas províncias (Wilaya Moçambique), dizem os analistas, concluindo que “o anúncio demonstra a reorganização das operações do grupo terrorista em África e um alargamento das suas operações no país”.

A análise da Eurasia contradiz a opinião do comandante-geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), Bernardino Rafael, que disse há uma semana que “a guerra contra o

terrorismo está quase a chegar ao fim”.

Bernardino Rafael fez um ponto de situação sobre o combate contra grupos armados que aterrorizam distritos da província de Cabo Delgado, no dia 13 de Maio, quando falava com um contingente militar do Ruanda, no Posto Administrativo de Chai, distrito de Macomia.

“Não estamos a dizer que chegámos ao fim, mas está quase”, declarou Rafael, salientando que já foram executadas 70% das operações militares planeadas contra os grupos armados que atuam na província de Cabo Delgado.

A província de Cabo Delgado é rica em gás natural, mas aterrorizada desde 2017 por rebeldes armados, sendo alguns ataques reclamados pelo grupo extremista Estado Islâmico.


A petrolífera francesa TotalEnergies retirou-se da região no ano passado, e só voltará quando estiverem reunidas condições de segurança, algo que a própria empresa estima poder acontecer ainda este ano. Há 784 mil deslocados internos devido ao conflito, de acordo com a Organização Internacional das Migrações (OIM), e cerca de 4.000 mortes, segundo o projecto de registo de conflitos ACLED.

Desde Julho de 2021, uma ofensiva das tropas governamentais, com o apoio do Ruanda e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), permitiu recuperar zonas onde havia presença de rebeldes.

**(Redacção)**

Publicidade



22 Rapid Street, Nelspruit (Entrada pela BP Riverside)  
Coordenadas GPS: 845767485; 822999735 / Email [info@galeria.co.za](mailto:info@galeria.co.za)  
Celular: +27 79 981 9637 +27 82 966 1652  
[www.galeria.co.za](http://www.galeria.co.za)  Galeria Furniture Store Nelspruit

**galeria antarte**

LUXURY DESIGNER FURNITURE FROM PORTUGAL

## Banco Mundial considera dívida moçambicana “sustentável”

(Maputo) O Banco Mundial considera a dívida pública moçambicana “sustentável” graças às perspectivas de exportação de gás, apesar de as pressões permanecerem altas sobre a economia do país, anuncia num documento sobre Moçambique.

“As pressões fiscais têm persistido” e “o país está em alto risco de sobre-endividamento”, mas “a dívida é avaliada como sustentável considerando as receitas futuras de gás e a gestão de risco da dívida”.

A perspectiva do Banco Mundial (BM) faz parte de um documento intitulado “Estrutura de Parceria com o País”, que será o instrumento orientador da cooperação entre a instituição e as autoridades moçambicanas entre 2023 e 2027.

O serviço da dívida e a massa salarial do sector público “absorvem 90% do total das receitas fiscais” e “a capacidade do Governo em investir em capital humano e serviços públicos diminuiu”.

Neste contexto, o BM defende uma “transformação estrutural” para gerar maior crescimento económico e criação de emprego em Moçambique, visando reduzir as profundas desigualdades sociais e económicas

prevalentes no país.

“O país precisa de melhorar a gestão económica para a criação de emprego sustentável e resiliente, melhor capacidade de realizar a despesa pública e redução do risco de [dívida soberana]”, refere-se no texto.

A alteração do paradigma de crescimento implica a diversificação da economia e a criação de oportunidades para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, que têm maior potencial de criação de emprego, sustenta o banco.

A instituição entende que Moçambique deve blindar-se de impactos negativos, de choques internos e externos, incluindo surtos regulares de conflitos armados, como premissa para o crescimento económico e desenvolvimento.

As autoridades têm de, igualmente, promover o fortalecimento das instituições, de forma que possam impulsionar a redução das desigualdades sociais e económicas, lê-se no texto.

A economia moçambicana deve passar de uma fase “primária” para uma fase “industrial e de serviços”, tornando-a competitiva e avançada.

A transformação estrutural levará tempo, mas o país precisa de sair imediatamente da recessão em que se

encontrava desde 2020, devido à combinação de factores como a pandemia de Covid-19, choques climáticos e conflitos armados, observa o BM.

“Em 2020, o país confrontou-se com a sua primeira contracção na economia, em 30 anos, mas cresceu moderadamente em 2021”, acrescenta.

Na última semana, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) também defendeu a reformas estruturas da economia moçambicana destinadas a proporcionar um crescimento e desenvolvimento inclusivo.

A economia moçambicana cresceu 4,1% no primeiro trimestre deste ano, anunciou o Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo o maior salto trimestral desde Junho de 2018.

O crescimento está associado ao alívio das restrições para conter a Covid-19, permitindo dinamizar a economia, segundo o Banco de Moçambique.

A economia moçambicana cresceu 2,16% em 2021 e o Governo prevê uma subida de 2,9% no Plano Económico e Social e OE aprovados pelo Parlamento em Dezembro - ainda antes dos riscos inflacionários globais desencadeados pela guerra na Ucrânia.

(Redacção) Publicidade



## CDD pede novas estratégias em Cabo Delgado

(Maputo) A organização não-governamental Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) reclamou ontem estratégias alternativas para fazer face ao alerta de fome entre as comunidades afectadas pela violência armada no norte de Moçambique.

Perante o “alerta de fome no norte de Moçambique, particularmente em Cabo Delgado, o Governo deve encontrar alternativas para garantir a assistência alimentar aos mais de 850 mil deslocados”, lê-se no boletim sobre direitos humanos distribuído pela organização.

Em causa está o alerta da Rede de Alerta Antecipado de Fome (rede Fews, na sigla inglesa) sobre a situação de crise alimentar no norte de Moçambique em resultado da escassez de fundos

entre as agências das Nações Unidas.

Segundo o CDD, a falta de fundos pode obrigar as agências das Nações Unidas a prestarem “assistência humanitária selectiva”, dando a prioridade aos mais vulneráveis entre as comunidades afectadas pelo conflito.

“A limitação de recursos nos meses de Abril e Maio levou o Programa Mundial de Alimentação (PMA) a distribuir metade de rações - equivalentes a 39% de uma dieta de 2.100 quilocalorias - a cerca de 850 mil pessoas em Cabo Delgado e 74 mil em Nampula e Niassa”, acrescenta o CDD, citando dados daquela agência das Nações Unidas.

A organização reitera que o Executivo moçambicano deve definir novas

estratégias para fazer face à situação.

“O alerta de risco elevado de fome deve servir de aviso para as autoridades moçambicanas definirem uma estratégia de assistência alimentar aos deslocados, num contexto em que as agências humanitárias estão com limitações financeiras”, concluiu o CDD.

A província de Cabo Delgado é rica em gás natural, mas aterrorizada desde 2017 por rebeldes armados, sendo alguns ataques reclamados pelo grupo extremista Estado Islâmico.

Há 784 mil deslocados internos devido ao conflito, de acordo com a Organização Internacional das Migrações (OIM), e cerca de 4.000 mortes, segundo o projecto de registo de conflitos ACLED. (Redacção)

### FACE AO SURTO DE CÓLERA NO MALAWI

## Província de Tete anuncia medidas de bloqueio

(Maputo) As autoridades de saúde da província de Tete, centro de Moçambique, anunciaram ontem acções de prevenção face a um surto de cólera no Malawi, que se alastrou às províncias moçambicanas da Zambézia e Sofala, também no centro do país.

Américo Xavier, responsável pela vigilância epidemiológica em Tete, disse que as acções consistem em acções de desinfecção de todas as pessoas e viaturas que entram em Moçambique pelos postos fronteiriços com o país.

Xavier avançou que estão a ser implementadas acções de prevenção nos distritos de Moatize, Mutarara, Doa e Tsangano, todos daquela província.

Por outro lado, as populações estão a ser alertadas para intensificarem medidas de higiene, acrescentou.

Aquele responsável acredita que as cautelas estão a dar resultados, porque os distritos de Tete potencialmente em risco não registaram até ao momento nenhum caso de cólera.

“A situação está segura e inten-

sificamos o controlo de todos os episódios que possam estar relacionados com doenças de origem hídrica [diarreias]”, enfatizou Américo Xavier.

Aquele responsável assinalou que o distrito de Mutarara foi assolado por cólera há cinco anos, levando a uma campanha de vacinação na zona e noutras circunvizinhas.

Moçambique é recorrentemente assolado por surtos de cólera, com mortes e internamentos, situação atribuída às más condições de saneamento. (Redacção)

### A PARTIR DE AGOSTO

## Governo passa a exigir rótulos em português para produtos vendidos em Moçambique

(Maputo) A Inspeção Nacional de Actividades Económicas (INAE) vai passar a exigir, a partir de Agosto, que todos os produtos nos estabelecimentos comerciais possuam rótulos em língua portuguesa.

“É uma medida que deriva da lei. Existe uma lei, desde 2006, que exige que todo o produto comercializado em Moçambique tenha rótulos em língua portuguesa. Notamos que os operadores não estavam prepa-

rados para a implementação da lei e o Governo estendeu o prazo, mas a partir de Agosto vamos começar a exigir”, declarou o porta-voz do INAE, Tomás Timba.

O objectivo do Governo com esta medida é de defender os direitos do consumidor, na medida em que a maior parte dos produtos comercializados no país são provenientes da vizinha África do Sul, que tem como uma das línguas oficiais o inglês.

“Um dos direitos do consumidor é o direito à informação e, por isso, os rótulos devem estar numa língua que sejam conhecidas por todos”, frisou o porta-voz do INAE.

As sanções para os estabelecimentos comerciais que continuarem com produtos com rótulos em línguas estrangeiras variam entre apreensão das mercadorias e multas, punições estabelecidas à luz da lei. (Redacção)

## Parlamento prepara revisão da lei cambial

(Maputo) O Parlamento está a preparar a revisão da lei cambial, anunciou a Confederação das Associações Económicas (CTA), maior associação empresarial do país, que vai elaborar um parecer retratando a posição do sector privado, anunciou ontem.

A proposta de revisão, publicada no portal da CTA na Internet, tem como objectivo “reduzir a burocracia” nas operações cambiais, alinhando-as com as “mudanças tecnológicas” e “fluidez” do comércio internacional.

A proposta de lei assenta em quatro pilares, lê-se no documento.

Pretende-se remover “barreiras ao investimento estrangeiro e a investimentos de residentes no exterior, bem

como facilitar a realização do comércio internacional”, através da “liberalização gradual da conta capital”.

Está prevista a consagração do “princípio do repatriamento de receitas de exportação de bens e serviços e rendimentos de investimento no estrangeiro, com vista a reforçar a estabilidade e robustez do sistema financeiro, no geral”.

A proposta defende que a medida irá “dinamizar o influxo de capitais, que permitirão a detenção de reservas cambiais internacionais mais sólidas” para Moçambique fazer as suas compras no estrangeiro ou enfrentar choques externos nos preços de matérias-primas e mercadorias.

Perspectiva-se ainda a “meticalização” da economia nacional, com “obrigatoriedade de pagamentos em moeda nacional em todas as transacções domésticas no país” e uma “harmonização dos vários regimes cambiais especiais vigentes, no âmbito dos projectos de exploração mineira e de hidrocarbonetos”, caso dos investimentos em gás natural ao largo da bacia do Rovuma, Cabo Delgado, sem colocar em causa “os compromissos já assumidos”.

A actual lei cambial está em vigor desde 2009 e encontra-se desajustada da realidade do país, justifica a proposta de revisão, elaborada em Abril deste ano. **(Redacção)**

### DADOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

## Área abatida da floresta moçambicana cresceu 6,7% em 2018

(Maputo) A área de floresta abatida em Moçambique em 2018 cresceu 6,7% face ao ano anterior, indicam os dados mais recentes sobre o desmatamento do país publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

“Em 2018, os dados mostram que mais de 93 mil hectares sofreram desmatamento, representando um acréscimo em 6,7% comparativamente a 2017”, lê-se na publicação de Indicadores Básicos de Estatísticas do Ambiente, disponibilizada na última semana no portal do INE.

O boletim indica ainda o impacto da perda desta massa verde na captura de gases de estufa.

“Os dados ambientais mostram que em 2018 mais de 15 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente foram emitidos, decorrentes do desmatamento de florestas”, refere-se na publicação.

O número “representa um acréscimo em 4,4% comparativamente a 2017”.

“A madeira Chanato é a espécie mais procurada ao longo dos últimos três anos da série em análise (2018-

2020), depois da Umbila ter sido predominante entre 2016 e 2017”, detalha-se no trabalho do INE.

Em 2020, o Chanato representou 29,2% do total de árvores cortadas, seguindo-se a Umbila com 27%.

Ambas as espécies são as mais produzidas nas províncias de Tete e Zambézia, centro de Moçambique.

A compilação dos indicadores agora divulgados pelo INE baseou-se na recolha e tratamento de bases de dados e relatórios administrativos disponibilizados por diferentes sectores que lidam com matérias ligadas ao ambiente, esclarece a instituição.

O desaparecimento da cobertura vegetal está também em foco num outro estudo divulgado este mês, intitulado “Avaliação da Prontidão para o Crescimento Verde em África”, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Instituto Global para o Crescimento Verde (IGCV).

Segundo o documento, as florestas moçambicanas, que cobrem mais de metade do território, estão a desaparecer a um ritmo de 220.000 hectares por ano e a desflorestação representa 80% das emissões de gases do país.

Em 2020, o Governo moçambicano anunciou a suspensão da emissão de licenças para exploração de madeiras por dois anos, como forma de diminuir a “pressão” sobre as florestas do país.

Vários relatórios nacionais e internacionais têm indicado que Moçambique está a ser palco de crimes ambientais, principalmente no que respeita ao corte ilegal de árvores.

Outros alertam para as consequências dos altos níveis de desflorestação no equilíbrio atmosférico a que o país pode ser especialmente sensível no contexto das alterações climáticas.

De acordo com as Nações Unidas, entre 2016 e 2021, o país enfrentou duas grandes secas e oito tempestades tropicais, incluindo os grandes ciclones Idai e Kenneth, que atingiram o país em 2019 num período de seis semanas e afectaram 2,5 milhões de pessoas.

Segundo a ferramenta de avaliação de risco de desastres Inform, Moçambique ocupa o nono lugar entre 191 países quanto à vulnerabilidade a perigos, exposição a riscos e falta de capacidade de resposta. **(Redacção)**